

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

CONTRATO Nº 2026.07.28.52.**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92007/2026**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA
MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSMC E A
EMPRESA J D N JUNIOR LTDA, PARA OS
DEVIDOS FINS, QUE A SEGUIR SE
DECLARA.**

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE CRATO – CPSMC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.755/0001-15, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, com sede na Rua Vicente Alencar Oliveira, s/n, Bairro Mirandão, CEP: 63.125.070, na Cidade de Crato, Estado do Ceará, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo, Sr. Paulo de Tarso Cardoso Varela, Portado do CPF nº ***.999.053-**, e a empresa **J D N JUNIOR LTDA**, com sede na Rua Antônio Betti, Nº 355, Lindoia, Londrina – PR, CEP: 86.031-792, Telefone (43) 9 9173-0257, e E-mail: jdnsensory@gmail.com, inscrita no CNPJ nº 15.300.246/0001-56, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Jair Dias Do Nascimento Junior, portador do CPF nº ***.418.219-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação do objeto na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o nº 92007/2026 e, em observância ao disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Resolução nº 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento do Edital do **Pregão Eletrônico nº 92007/2026**, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Resolução nº 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC, outras leis especiais necessárias ao cumprimento do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 92007/2026**, e seus anexos, na **Ata de Registro de Preços nº 2026.06.10.19**, e a proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1. O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de equipamentos, acessórios e materiais voltados à reabilitação e ao atendimento em saúde, destinados a equipar ambientes clínicos e terapêuticos, para atender as necessidades das unidades de saúde gerenciadas pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato (CPSMC), conforme especificações e

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA, com a finalidade de atender às necessidades do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor global deste contrato é de **R\$ 19.493,00 (dezenove mil, quatrocentos e noventa e três reais)**, nas quantidades, especificações e condições indicadas abaixo:

GRUPO 12: Equipamentos estruturais de reabilitação										
Item	Código	Descrição	POLI I	POLI II	CER IV	Quant.	Marca	Unidade De Medida	Valor unitário	Valor Total
10	10090710	EQUIPAMENTO, ESCADA COM RAMPA ADULTO/INFANTIL EM L COM CORRIMÃO, 4 DEGRAUS, 2,36 X 1,63 X 1,35M, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Fabricada em material resistente e durável, adequada para uso contínuo em ambiente clínico. Degraus: Antiderrapantes, oferecendo maior segurança durante a subida e descida. Corrimão: Fixo, ergonômico e resistente, adequado para apoio de adultos e crianças. Capacidade de Carga: Deve suportar peso seguro conforme normas técnicas, possibilitando uso simultâneo de adulto e criança em sessões supervisionadas. Estabilidade: Estrutura com base antideslizante ou com apoios de segurança, evitando riscos de tombamento. Finalidade: Indicado para exercícios de fisioterapia, reabilitação motora e desenvolvimento motor infantil. Montagem: Deve permitir montagem simples, com manual de instruções claras em português. Embalagem: Fornecido em embalagem individual resistente, capaz de proteger o equipamento durante transporte e armazenamento. Identificação: Etiqueta contendo informações do fabricante, dimensões do produto (2,36 m x 1,63 m x 1,35 m), peso e instruções de uso. Garantia: Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.	1	0	0	1	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
19	1334952	BARRA, PARALELA PROFISSIONAL, PARA FISIOTERAPIA CROMADA, MINIMO 2,5M, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Fabricada em aço carbono ou inox cromado, com alta resistência mecânica e acabamento liso, livre de rebarbas ou cantos cortantes. Base: Antiderrapante, garantindo estabilidade e prevenindo riscos de tombamento durante os exercícios. Dimensões: Comprimento mínimo de 2,5 metros, adequado para exercícios de marcha, equilíbrio e reabilitação fisioterapêutica. Regulagem: Altura ajustável, permitindo adequação a diferentes biótipos de usuários (adultos e idosos). Fixação: Sistema firme que evita deslocamentos durante o uso. Capacidade de Peso: Estrutura projetada para suportar peso de usuário adulto, mínimo 120 kg. Superfície e Higienização: Superfície cromada resistente à corrosão, facilitando higienização e manutenção. Ergonomia e Durabilidade: Design ergonômico, durável, projetado para uso contínuo em clínicas e centros de fisioterapia. Embalagem: Embalagem resistente, protegendo o equipamento contra impactos durante transporte e armazenamento. Identificação: Etiqueta clara com informações do fabricante, modelo e instruções de montagem/manutenção. Garantia: Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	1	0	0	1	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
30	10090810	EQUIPAMENTO, TABLADO, PARA FISIOTERAPIA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Madeira maciça ou MDF de alta densidade, garantindo resistência e durabilidade. Superfície: Antiderrapante ou revestida, permitindo apoio firme de pés e mãos; bordas arredondadas e acabamento liso, sem rebarbas. Finalidade: Exercícios de reabilitação, alongamento, equilíbrio e	6	0	0	6	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 1.300,00	R\$ 7.800,00

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

		fortalecimento. Capacidade: Suporta peso mínimo de 100 kg. Dimensões: Adequadas para acomodar exercícios diversos; base estável e firme, evitando tombamento. Segurança: Estrutura resistente para uso frequente; superfícies e bordas seguras. Portabilidade: Leve e portátil, facilitando transporte e armazenamento. Higienização: Superfície lavável; baixa necessidade de manutenção. Embalagem: Resistente, protegendo o tablado durante transporte. Identificação: Fabricante, modelo, dimensões e instruções de uso/manutenção. Garantia: Mínima de 3 a 6 meses contra defeitos de fabricação.								
25	1750267	APARELHO PARA GINASTICA, ESPALDAR, MADEIRA PEROBA, ENVERNIZADA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Fabricada em madeira peroba de alta resistência, com acabamento em verniz atóxico, garantindo durabilidade, resistência à umidade e facilidade de limpeza. Fixações: Ferragens resistentes à oxidação, fixações firmes assegurando estabilidade. Finalidade: Destinado a exercícios de alongamento, fortalecimento e reabilitação fisioterapêutica. Barras: Uniformemente espaçadas e resistentes, permitindo diferentes tipos de exercícios; superfícies lisas e arredondadas para evitar acidentes. Instalação: Estrutura estável, fixação segura em parede; madeira tratada para prevenir rachaduras, lascas ou desgaste precoce; instalação simples, com manual em português. Higienização e Manutenção: Fácil limpeza e manutenção; design adequado para diferentes biotipos de usuários. Embalagem: Individual, com proteção contra impactos e umidade. Identificação: Etiqueta com informações do fabricante, material e instruções de instalação/manutenção. Garantia: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	1	0	0	1	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Valor total									R\$ 12.700,00	

GRUPO 13: Equipamentos de reabilitação portátil										
Item	Código	Descrição	POLI I	POLI II	CER IV	Quant.	Marca	Unidade De Medida	Valor unitário	Valor Total
22	1008937	EQUIPAMENTO, CAMA ELASTICA PARA FISIOTERAPIA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Metálica reforçada, com tratamento anticorrosivo ou pintura eletrostática. Lona de Salto: Material resistente, lavável e de alta durabilidade, garantindo estabilidade e resposta adequada aos movimentos. Suspensão: Molas ou sistema elástico protegido, prevenindo acidentes durante o uso. Segurança: Bordas acolchoadas; componentes livres de bordas cortantes ou partes soltas; apoios antiderrapantes, evitando deslocamentos. Finalidade: Destinada a exercícios fisioterapêuticos, propriocepção e condicionamento físico. Capacidade de Carga: Suporta no mínimo 100 kg. Portabilidade e Montagem: Leve, de fácil transporte; montagem simples e rápida. Higienização: Superfícies laváveis, permitindo limpeza frequente. Manutenção: Baixa necessidade de manutenção preventiva. Embalagem: Embalagem resistente, garantindo integridade durante transporte e armazenamento. Identificação: Etiqueta clara com informações do fabricante, modelo e instruções de uso/montagem. Normas e Registro: Produto não sujeito a registro na Anvisa. Garantia: Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.	2	0	2	4	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 490,00	R\$ 1.960,00
29	10090610	EQUIPAMENTO, TABUA DE ALONGAMENTO TRICEPS SURAL, USO EM FISIOTERAPIA, REABILITACAO DE MEMBROS INFERIORES, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Madeira maciça ou MDF de alta densidade, garantindo durabilidade e resistência. Superfície: Antiderrapante ou revestida, oferecendo aderência segura dos pés durante o uso.	4	0	0	4	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 200,00	R\$ 800,00

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

		Acabamento: Liso, sem rebarbas, evitando riscos de lesão. Finalidade: Alongamento do tríceps sural e reabilitação de membros inferiores. Inclinação: Adequada para exercícios progressivos. Capacidade: Suporta peso mínimo de 100 kg. Base: Estável e resistente, prevenindo tombamento ou escorregamento. Segurança: Bordas arredondadas e piso seguro; design simples para posicionamento correto dos pés. Higienização: Superfície lavável e de fácil limpeza. Portabilidade: Leve e portátil, permitindo transporte e armazenamento simples. Embalagem: Resistente, garantindo proteção durante transporte. Identificação: Marca, modelo, dimensões e instruções de uso/manutenção. Garantia: Mínima de 6 meses contra defeitos de fabricação.								
41	-	RODA OMBRO COM PROGRESSÃO DE CARGA, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Metal resistente (aço ou alumínio) com acabamento anticorrosivo. Empunhaduras: Borracha ou material antiderrapante, ergonômicas e confortáveis. Sistema de carga: Progressão ajustável, permitindo aumento gradual da resistência. Uso: Fortalecimento e reabilitação dos músculos do ombro. Estabilidade: Estrutura firme, resistente a impactos e movimentos repetitivos. Segurança: Componentes sem rebarbas, com superfícies arredondadas. Normas: Produto certificado ou conforme normas de segurança aplicáveis (INMETRO ou equivalente). Ajuste: Fácil regulagem da carga, adaptável à capacidade do usuário. Higienização: Simples, com acesso fácil a peças ajustáveis. Embalagem: Individual resistente, protegendo o equipamento durante transporte. Identificação: Fabricante, modelo, número de série e instruções de uso/manutenção. Garantia: Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	1	0	0	1	CARCI	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 1.480,00	R\$ 1.480,00
Valor total									R\$ 4.240,00	

GRUPO 15: Equipamentos proprioceptivos e de treino de equilíbrio										
Item	Código	Descrição	POLI I	POLI II	CER IV	Quant.	Marca	Unidade De Medida	Valor unitário	Valor Total
18	1008997	EQUIPAMENTO, PROPRIOCEPTIVO, BALANÇIM FISIOTERAPIA, PARA EMBALAGEM 1.0 UNIDADE. Obs.: Estrutura: Construído em material resistente, com acabamento antiderrapante e bordas arredondadas, evitando acidentes durante o uso. Finalidade: Equipamento projetado para exercícios de equilíbrio, coordenação motora e reabilitação fisioterapêutica. Superfície: Superior antiderrapante, permitindo apoio seguro dos pés do usuário. Movimentos: Base que permite movimentos multidirecionais (balanço anteroposterior, lateral e rotacional). Capacidade de Carga: Compatível com uso adulto, mínimo 100 kg. Estabilidade e Segurança: Estrutura firme e estável, garantindo uso seguro em ambiente clínico ou terapêutico. Ergonomia e Portabilidade: Design ergonômico, leve e de fácil transporte. Higienização: Superfície lavável, permitindo higienização simples após o uso. Durabilidade e Manutenção: Baixa necessidade de manutenção, com durabilidade prolongada. Embalagem: Embalagem resistente, protegendo o equipamento durante transporte e armazenamento. Identificação: Etiqueta clara com informações do fabricante, modelo e instruções de uso. Garantia: Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação.	1	0	0	1	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 300,00	R\$ 300,00
26	1893450	EQUIPAMENTO, PRANCHA DE EQUILÍBRIO E PROPRIOCEPCAO LATERAL, MADEIRA MACICA, PISO ANTIDERRAPANTE, REVESTIMENTO RAVENA FELIAO, COR PRETA, BASE EM MEIA LUA, REVESTIDA EM EVA, CAPACIDADE MINIMA 140KG, 70X34X10CM, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	4	0	2	6	JDN SENSORY	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

		Obs.: Estrutura: Madeira maciça de alta resistência, com base em meia lua revestida em EVA. Superfície: Piso superior com revestimento antiderrapante Ravena Feijão, garantindo segurança durante o uso. Finalidade: Equipamento destinado a exercícios de equilíbrio, propriocepção e reabilitação fisioterapêutica. Capacidade: Suporta mínimo de 140 kg, adequado para usuários adultos. Dimensões: Aproximadamente 70 x 34 x 10 cm, permitindo uso em diferentes superfícies; movimentos laterais controlados para treino funcional. Portabilidade: Leve e portátil, facilitando transporte e armazenamento. Higienização: Fácil limpeza das superfícies revestidas. Embalagem: Individual, resistente, protegendo durante transporte. Identificação: Etiqueta com informações do fabricante, modelo, capacidade máxima e instruções de uso/manutenção. Garantia: Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.								
58	221120	DISCO DESPORTOS, VINILICO, ATÓXICO, INFLÁVEL, CORES DIVERSAS, EQUILÍBRIO. Obs.: Material: Vinil de alta resistência, atóxico e livre de substâncias nocivas, adequado para uso terapêutico, esportivo e recreativo. Formato: Disco inflável, projetado para exercícios de equilíbrio, coordenação motora e propriocepção. Inflável: Permite ajuste do nível de instabilidade por meio da variação da pressão de ar, adequando-se a diferentes níveis de treino e reabilitação. Superfície: Acabamento texturizado, proporcionando melhor aderência e segurança durante o uso. Cores: Disponível em cores diversas, facilitando identificação e organização em ambientes clínicos ou esportivos. Resistência: Estrutura reforçada, resistente à pressão, deformações e uso contínuo. Indicação: Indicado para exercícios de equilíbrio, fortalecimento muscular, reabilitação, fisioterapia, treinamento funcional e atividades desportivas. Conforto: Proporciona apoio confortável aos pés ou outras regiões do corpo durante os exercícios. Higienização: Material impermeável e de fácil limpeza, compatível com rotinas de higienização. Embalagem: Embalado individualmente, garantindo proteção durante transporte e armazenamento. Identificação: Embalagem com identificação clara do produto, material, fabricante e orientações básicas de uso. Garantia: Mínima de 6 meses contra defeitos de fabricação.	5	2	2	9	ARKTUS	EMBALAGEM 1.0 UNIDADE.	R\$ 117,00	R\$ 1.053,00
Valor total									R\$ 2.553,00	
Valor Global									R\$ 19.493,00	

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

5.1. O prazo de vigência da contratação estender-se-á até 31 de dezembro do corrente exercício financeiro, contado da data de assinatura do contrato, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. A publicação resumida do instrumento de contrato dar-se-á na forma do artigo 54, § 4º, da Resolução 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC.

5.3. O presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações (PNCP) em



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

observância ao art. 94 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Indicação do preposto:

6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. Do controle e fiscalização da execução

6.7.1. Será designado os seguintes empregados públicos na condição de gestores:

Empregado Público	Cargo
Luciana Sobreira Matos	Diretor(a) Geral
Cynthia Aguiar Frota Neves	Diretor(a) Geral
Lara Alecrim Santana	Responsável Técnico

6.7.1.1. Será designado um gestor de contrato para cada a unidade demandante, cabendo aos mesmos acompanhar o andamento da contratação, manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato, como também, acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos neste termo, e demais atribuições nos termos do Anexo IV da Resolução nº 06/2023 do CPSMC.

6.7.2. Será designado os seguintes empregados públicos na condição de fiscais de contrato:

**CEARÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

Empregado Público	Cargo
Jefferson Soares Souza	Farmacêutico(a)
Germana Mª Lopes Lemos de Brito Leite	Fisioterapeuta
Patrícia Correia Feitosa de Brito	Nutricionista

6.7.2.1. Será designado um fiscal de contrato para cada a unidade demandante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, e demais atribuições nos termos do Anexo IV da Resolução nº 06/2023 do CPSMC.

6.7.2.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega do objeto é de **15 (quinze) dias**, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, observado as condições exigidas no Termo de Referência.

6.1.1. Caso não seja possível a entrega na data prevista, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **03 (três) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei. 14.133/2021.

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados, com as especificações constantes no Edital e na proposta, para fins de melhor execução dos serviços.

8.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço, para que sejam reparados e/ou corrigidos.

8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

8.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

8.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.9. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e de 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.11. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência.

9.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal, trabalhista e social da empresa.

9.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

Federais e à Dívida Ativa da União, do Estado e do Município, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Da entrega e critérios de aceitação do objeto:

10.1.1. A entrega dos bens ocorrerá **SOB DEMANDA**, conforme a necessidade do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC, mediante emissão de ordem de fornecimento, observadas as quantidades e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.2. Os bens deverão ser entregues das **08h:00min às 17h:00min** nos seguintes endereços:

LOCAL DE ENTREGA
<i>Policlínica Bárbara Pereira de Alencar, Rua: 21 de Abril s/n, Bairro Alto Alegre – Campos Sales – CE. CEP: 63.150.000.</i>
<i>Policlínica Aderson Tavares Bezerra, Rua: Vicente Alencar Oliveira S/N, Bairro Mirandão - Crato – CE - CEP: 63.125-070.</i>
<i>Centro Especializado em Reabilitação IV, Rua: Vicente Alencar Oliveira S/N, Bairro Mirandão - Crato – CE - CEP: 63.125-070.</i>

10.1.3. O local de entrega poderá sofrer alteração de acordo com a conveniência do contratante, que comunicará previamente à contratada, ficando o custo do traslado (incluindo no preço dos bens), às expensas da contratada.

10.1.4. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a CONTRATADA das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento das condições estabelecidas.

10.2. Em conformidade com o inciso II, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contratado, a contratante receberá o objeto em duas etapas:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação do objeto conforme as especificações exigidas na contratação;

a.1) Se os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega fixado para a contratação.

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até **05 (cinco) dias**, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

10.2.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **03 (três) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, dias (três dias) sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.2.2. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas,



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

ficando, sob responsabilidade da CONTRATADA, o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1. A liquidação e o pagamento serão realizados no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo(a) empregado público competente. Os pagamentos serão realizados através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Para os materiais fornecidos deverá ser emitida **Nota fiscal/Fatura a cada mês, separadamente por unidade solicitante**, em nome do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC.

11.2.1. As informações necessárias para emissão da Nota fiscal/Fatura deverão ser requeridas Junto ao órgão solicitante.

11.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

11.3.1. Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, do Estado e do Município, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos, entre o término do prazo referido no item **11.1** e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Os valores iniciais do contrato firmado são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contados da data do orçamento estimado, cuja realização se deu em **26/03/2026**.

12.2. Os valores iniciais poderão ser reajustados para as obrigações iniciadas e concluídas após a decorrência da anualidade exposta no item anterior.

12.3. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3.1. Os preços contratuais serão reajustados com base no índice IPCA, ou, na falta deste, pelo IGP-M, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do §3º do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021, salvo na hipótese de inexecução do objeto no prazo estipulado, comprovadamente, por falha da CONTRATADA.

12.3.2. Apurada a variação do índice nos termos do item **12.3.1**, aplica-se esse percentual sobre o valor do contrato constante na cláusula sétima deste instrumento.

12.3.3. O cálculo do reajuste poderá ser feito utilizando-se a ferramenta do Banco Central do Brasil denominada “Calculadora do Cidadão”, disponível no seguinte endereço: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>.

12.4. Caso os índices acima venham a ser extintos ou, de qualquer forma, não possam mais ser utilizados, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor à época.

12.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento indicado no item **12.3.1**, o reajuste será calculado pela última variação conhecida, e a diferença correspondente será liquidada tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.

12.7. O reajuste deverá ser precedido de solicitação da CONTRATADA, por escrito e encaminhado ao fiscal/gestor do contrato, observado o prazo, o limite máximo e a variação do índice constantes nesta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao reajuste.

12.7.1. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATADA deverá realizar o pedido considerando o exposto do item **12.5**. Quando divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s), a CONTRATADA deverá encaminhar novo pedido informando a divulgação e solicitando a liquidação da diferença correspondente, qualquer que



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

seja o valor do índice.

12.8. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12.9. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

13.1. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes do presente processo administrativo constantes do objeto supramencionado correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias com as seguintes classificações programáticas: 10.302.0029.2.227.0000 – MANUT. DA POLICLINICA TIPO 1 COM RECURSOS DO ESTADO; 10.302.0016.2.217.0000 – MANUT. DA POLICLINICA TIPO 1 COM RECURSOS DE ARARIPE; 10.302.0046.2.242.0000 – MANUT. DA POLICLINICA TIPO 2 COM RECURSOS DO ESTADO; 10.302.0045.2.245.0000 – MANUT. CER IV COM RECURSOS DA UNIÃO. Natureza da Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo e 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Caberá aos responsáveis designados no Termo de Referência promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto na Resolução 06/2023 do Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

16.1. Será considerado infração administrativa, quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, garantida o contraditório e a ampla defesa.

16.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no item anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, pela infração do inciso I do citado artigo 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,5% até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da CONTRATADA, por qualquer infração dos incisos I ao XII do referido art. 155;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II ao VII do citado artigo 155 deste documento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII ao XII do referido artigo 155, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste documento, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CPSMC, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II – Consensual, por acordo entre as partes; ou

III – Determinada por decisão judicial.

17.1.2. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do CPSMC.

17.1.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. Este Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.1.1. Na hipótese prevista no item 19.1 acima, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão, caso não restrinja a sua capacidade de concluir o contrato.

19.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

19.2.1. Balanço/relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

19.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

19.2.3. Indenizações e multas.

19.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/90 e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Crato, no Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato

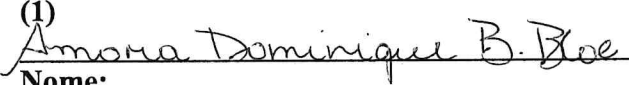
Crato/CE, 28 de julho de 2026.




**Consórcio Público de Saúde da Microrregião
de Crato- CPSMC**
Lis Mendes Pinheiro
Diretora Administrativo Financeiro
CONTRATANTE

J D N JUNIOR LTDA
Jair Dias Do Nascimento Junior
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas

(1)

Nome:
CPF N°: 083.801.433 - 02

(2)

Nome:
CPF N°: 070.797.273 - 67